

UM PROJETO PARA O FUTURO: CIVILIZAÇÃO E PROGRESSO EM “A AMAZÔNIA – ASPECTOS ECONÔMICOS” (1892), DE JOSÉ VERÍSSIMO (1857-1916)¹

Otávio Vítor Vieira Ribeiro²

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar as bases do projeto de revitalização social e econômica da região amazônica proposto por José Veríssimo (1857-1916) na obra *A Amazônia – aspectos econômicos* (1892). O estudo é composto por uma pesquisa documental e bibliográfica, através da contextualização histórica, social e política da produção da obra e da leitura e compreensão de seus sentidos. O seu repertório político-científico baseava-se nos debates promovidos pela Geração 1870, movimento intelectual de contestação ao regime monárquico brasileiro. A associação entre o fomento à agricultura e à imigração estrangeira constituíam-se nas vias de inserção da Amazônia nos quadros da “civilização” e do “progresso” da “nação” brasileira de fins do século XIX.

Palavras-chave: Amazônia, Civilização, Progresso.

A PROJECT FOR THE FUTURE: CIVILIZATION AND PROGRESS IN “A AMAZÔNIA – ASPECTOS ECONÔMICOS” (1892), BY JOSÉ VERÍSSIMO (1857-1916)

Abstract: This article aims to present the bases of the social and economic revitalization project for amazon region proposed by José Veríssimo (1857-1916) in the work *A Amazônia – aspectos econômicos* (1892). The study is composed of documentary and bibliographical research, through the historical, social, and political context of the production of the work and the reading and understanding of its meanings. The project repertoire was based on the on scientific political by the 1870 Generation, an intellectual movement that challenged the brazilian monarchical regime. The association between the promotions of agricultura and foreign immigration constituted the ways of insertion of the Amazon in the frameworks of “civilization” and “progress” of the brazilian “nation” in the late 19th century.

Keywords: Amazon, Civilization, Progress.

¹ Este texto é fruto das discussões desenvolvidas na disciplina Poder e Hierarquizações Sociais - Modernidade, modernismo e nação: a construção do brasil moderno na produção intelectual brasileira da geração de 1870, ministrada pelo Prof. Dr. Antônio Edmilson Martins Rodrigues, durante o primeiro semestre de 2022, no Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/UERJ). A pesquisa conta com o apoio financeiro de uma bolsa CAPES-DS.

² Doutorando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Contato: otaviovvribeiro@gmail.com.

Introdução

A década de 1870 marcou o princípio da crise política, institucional e intelectual no Brasil. A dinastia dos Bragança não sobreviveu à contestação da ordem que se avolumou com o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870), a fundação do Partido Republicano (1870), o movimento abolicionista e a ascensão da Geração 1870.

O conflito militar evidenciou as precárias condições de suas forças de defesa. O nascente partido político publicizou o sofisma eleitoral e a asfixia das instituições policiais e das magistraturas. O movimento abolicionista contestou uma das principais instituições do Império brasileiro: a escravidão africana. A importação de teorias científicas em voga na Europa - Darwinismo, Positivismo, Evolucionismo, Naturalismo, entre outras - pelos teóricos da Geração 1870 sistematizaram a contestação do *status quo* imperial brasileiro³.

A Geração 1870 constituiu-se em um movimento político-intelectual de crítica ao regime monárquico brasileiro na segunda metade do século XIX. Os seus teóricos investiram no uso de uma produção engajada como instrumento de intervenção político-institucional na ordem imperial. As suas obras tratavam de temas circunstanciais, entre eles: trabalho; regime monárquico; anticlericalismo; crítica ao Poder Moderador; defesa da abolição da escravidão africana etc.

A religião católica, o indianismo romântico e o liberalismo estamental foram as engrenagens políticas que fundamentaram a construção da ideia de “nação” no Brasil entre a Independência (1822) e o início da crise do Império (1870) – tais engrenagens representavam a *tradição imperial*, conforme Ângela Alonso. O catolicismo cristalizou a representação simbólica de uma sociabilidade hierárquica; o indianismo definiu a nacionalidade brasileira e o liberalismo limitou o exercício da cidadania⁴.

³ BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a ideia de universidade*. 1 ed. São Paulo: Convívio/Edusp, 1959, p. 7, 17-18.

⁴ ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil Império*. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 168.

A “unidade nacional” foi cristalizada na associação entre Geografia, História e Literatura⁵. A Geografia desenhou os seus contornos físicos, climáticos e topográficos do espaço. A História selecionou e encadeou os episódios do passado em narrativas uniformizantes sobre a constituição da “nação”. Por sua vez, a Literatura publicizou os elementos que comporão o seu patrimônio⁶.

A superação dessa visão oficial se deu com a proposição de modelos explicativos generalizantes sobre o Brasil com base em uma política científica. O seu repertório é o produto da inversão dos valores da tradição intelectual imperial – anticlericalismo, anti-indianismo romântico e antiliberalismo – e de uma linguagem seletiva de teorias científicas. Segundo Ângela Alonso, a sua orientação “era mista, amalgamando elementos da velha tradição imperial com teorias do repertório novo da política científica”⁷.

Atestado o diagnóstico da decadência nacional - instituições, práticas e valores do *status quo* imperial -, de acordo com Alonso, quatro grupos colocaram em pauta os seus programas de reformas políticas e sociais: *Liberais Republicanos*; *Federalistas Científicos*; *Novos Liberais* e *Positivistas Abolicionistas*.

Os *Liberais Republicanos* e os *Federalistas Científicos* defendiam programas de reformas políticas, baseados na reconfiguração político-institucional do Estado brasileiro. Já os *Novos Liberais* e os *Positivistas Abolicionistas* eram partidários de um programa de reformas sociais, fundamentado na abolição da escravidão africana.

Os *Liberais Republicanos* defendiam a implementação de um governo republicano, de base federativa; a abolição da escravidão africana e a importação de imigrantes. Entre os seus partidários estavam Quintino Bocaiúva (1836-1912) e Salvador de Mendonça (1841-1913). As suas obras mais representativas constam panfletos políticos – *Trabalhadores asiáticos* (1881), de Salvador de Mendonça; e *A crise da lavoura* (1868), de Quintino

⁵ RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 86-87.

⁶ ROUANET, Maria Helena. *Nacionalismo*. In: JOBIM, José Luís (Org.). *Introdução ao Romantismo*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999, p. 18-20.

⁷ ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil Império*. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 179-182.

Bocaiuva - e artigos de jornal – A questão social (1879) e Colonização asiática (1870), de Quintino Bocaiúva⁸.

Os *Federalistas Científicos* foram um grupo profícuo na elaboração de obras que versavam sobre a interpretação do Brasil: *A República Federal* (1881), de Joaquim Francisco de Assis Brasil; e *Catecismo republicano* (1885), de Alberto Sales. Os seus textos constituíam críticas ao *status quo imperial* e propunham mudanças na orientação política nacional: a estratificação social, a divisão social do trabalho e a regulação da economia pela competição de “mercado”. Os Partidos Republicano paulista e gaúcho financiavam as suas publicações. Entre os seus partidários paulistas constavam: Alberto Sales (1855-1904) e Ubaldino do Amaral (1842-1920). Já entre os gaúchos: Joaquim Francisco de Assis Brasil (1858-1938) e Ramiro Fortes de Barcelos (1851-1916)⁹.

Os *Novos Liberais* eram contra a centralização político-institucional da monarquia brasileira, mas, defendiam a limitação da sua intervenção na sociedade. Na esfera econômica, caberia ao Estado assegurar o seu funcionamento, a partir da garantia dos direitos individuais. O seu posicionamento era veiculado na imprensa – “Charles Darwin e a escravidão no Brasil” (1881) e “Abolição da miséria” (1888), de André Rebouças – e em livros – *O Abolicionismo* (1883), de Joaquim Nabuco; e *Questão militar* (1887), de Rui Barbosa¹⁰.

Os *Positivistas Abolicionistas* atuavam na causa política do Segundo Reinado (1840-1889), destacadamente, a partir da década de 1880. Eles almejavam implementar um projeto político ancorado na separação entre Estado e Igreja; a abolição da escravidão africana e a liberdade de imprensa. O seu grupo era liderado por Miguel Lemos (1854-1917) e composto por intelectuais universitários; alunos egressos das Escolas Militar e Politécnica, positivistas republicanos de Pernambuco e positivistas da Escola Normal de São Paulo. Os seus textos mais destacados constavam de opúsculos sobre temáticas diárias:

⁸ ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil Império.* 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 179-182, 184-185.

⁹ ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil Império.* 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 222-224.

¹⁰ ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil Império.* 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 188-191, 200, 202-203.

A Pátria brasileira (1881); A universidade (1882); A liberdade espiritual e a secularização dos cemitérios (1887)¹¹.

Ao recorrerem a literatura, as instituições oficiais e aos periódicos, estes grupos políticos converteram a ideia de “nação” no Brasil em uma “sociedade científica e moderna”. A mestiçagem foi eleita o traço singular de sua constituição, o que contribuiu significativamente para consolidar a sua “identidade” e reiterar hierarquias sociais já cristalizadas¹².

Na Amazônia, esse debate materializou-se nos estudos culturais, etnográficos e econômicos de José Veríssimo (1857-1916). As suas leituras partiam da adaptação de pressupostos evolucionistas e naturalistas à realidade regional e do diálogo com teóricos europeus - Louis Agassiz (1807-1873) e Arthur de Gobineau (1816-1882) - e brasileiros - Silvio Romero (1851-1914), Euclides da Cunha (1866-1909) e o general José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898)¹³.

Conforme destaca Felipe Moraes¹⁴, José Veríssimo foi um dos principais propagadores do projeto político-institucional da Geração 1870 na Amazônia. Em conjunto com Lauro Sodré (1858-1944)¹⁵, José Veríssimo compôs o “grupo paraense” da Geração 1870, sendo este, constituído por liberais e republicanos que defendiam a implementação de reformas sociais e políticas. Apesar disso, eles eram partidários de alas diferentes. No período em que José Veríssimo atuou política e intelectualmente na província do Pará (1877-1891), ele advogou em favor da manutenção da monarquia, estando

¹¹ ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil Império*. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 205-207.

¹² SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 35-37, 41-44.

¹³ SOUVERAIN, Mackendy. *Arthur de Gobineau aux tropiques: la réception et l'interprétation des pensées raciales au Brésil et en Haïti (1880-1930)*. 2019. 174 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019, p. 49-58.

¹⁴ MORAES, Felipe Tavares de. *José Veríssimo (1857-1916), intelectual amazônico: Geração 1870 e a educação no Grão-Pará (1877-1891)*. 2018. 415 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, p. 129-131, 196, 207-208, 238-239.

¹⁵ Lauro Nina Sodré e Silva foi um político e militar paraense. Era defensor do governo republicano e de sua fundação sob bases positivistas. Ele exerceu dois mandatos como governador no Estado do Pará em momentos distintos: a consolidação da República (1891-1897) e o fim da Primeira Guerra Mundial (1917-1921).

associado à causa dos Novos Liberais¹⁶. Deste modo, defendia um programa de reformas sociais baseado no fomento à imigração estrangeira e à produção agrícola; a “civilização” das populações indígenas e mestiças do interior da região amazônica; e a abolição da escravidão africana. Por sua vez, Lauro Sodré identificava-se com os *Positivistas Abolicionistas* e argumentava em prol de reformas políticas amparadas na implantação de uma república federativa no Brasil e a abolição da escravidão africana¹⁷.

O cientificismo fundamentou a crítica ao *status quo* político imperial e permitiu entrever a região amazônica de modo abrangente, destacando-se as suas particularidades históricas, geográficas, sociais, econômicas e ambientais.

Sendo assim, o objetivo deste artigo consiste em apresentar as bases do projeto de revitalização social e econômica da região amazônica proposto por José Veríssimo (1857-1916) na obra *A Amazônia – aspectos econômicos* (1892). O estudo é composto por uma pesquisa documental e bibliográfica, através da contextualização histórica, social e política de produção da obra e da leitura e compreensão de seus sentidos¹⁸. Neste contexto, a “civilização” e o “progresso” compreendiam a formulação de “modelos universais”¹⁹ de intervenção política na Amazônia.

A obra²⁰ encontra-se disponível para consulta online no acervo da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin (BBM), da Universidade de São Paulo (USP)²¹. A sua leitura foi direcionada para se apreender a mobilização

¹⁶ MORAES, Felipe Tavares de. José Veríssimo (1857-1916), *intelectual amazônico: Geração 1870 e a educação no Grão-Pará (1877-1891)*. 2018. 415 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, p. 275-277.

¹⁷ MORAES, Felipe Tavares de. José Veríssimo (1857-1916), *intelectual amazônico: Geração 1870 e a educação no Grão-Pará (1877-1891)*. 2018. 415 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, p. 131, 188, 207-208 e SANTOS, Alan Christian de Souza. *O senador militar: poder, sociabilidade e escrita de si na trajetória parlamentar de Lauro Sodré (1897-1930)*. 2020. 536 f. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020, p. 38-39, 52.

¹⁸ GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi; KLAUS, Viviane; PEREIRA, Ana Paula Marques. Pesquisa documental histórica e pesquisa bibliográfica: focos de estudo e percursos metodológicos. *Pro-Posições*, v. 33, Campinas, 2022, p. 1-21.

¹⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 56.

²⁰ Originalmente, a obra é constituída por uma compilação de artigos publicados por José Veríssimo no periódico *Jornal do Brasil* (1891), quando ele passou a residir na cidade do Rio de Janeiro.

²¹ A obra encontra-se disponível para consulta no seguinte link: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000018150&bbm/7076#page/1/mode/2up>

do repertório da política científica defendida pelos teóricos da Geração 1870 na leitura de José Veríssimo sobre a Amazônia. O fomento à agricultura e à imigração estrangeira constituíram as vias de inserção da Amazônia nos quadros da “civilização” e do “progresso” da “nação” brasileira de fins do século XIX.

Nas seções a seguir, apresentaremos um panorama geral sobre as filiações teóricas, o contexto de produção e a análise da obra de José Veríssimo.

José Veríssimo: um expoente da Geração 1870 na Amazônia

José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916) era natural de Óbidos (Oeste do estado do Pará) e provinha de uma família de reconhecida tradição como plantadores de café no interior da província do Rio de Janeiro entre os séculos XVIII e XIX²². A sua trajetória foi marcada pelo intercâmbio com teóricos nacionais e internacionais. Ele foi professor, jornalista, escritor, cronista, crítico literário e ensaísta. De acordo com Rachel Bertol, José Veríssimo formou com Silvio Romero (1851-1914) e Araripe Júnior (1848-1911) a “tríade” da crítica literária brasileira na transição do século XIX para o século XX²³.

Nas páginas dos jornais, José Veríssimo discutia as conjunturas internacionais para pensar a sua repercussão no Brasil. Para João Alexandre Barbosa, “os objetos, homens e coisas, podem ser estrangeiros, mas a crítica deles é diferencialmente brasileira”. Os seus ensaios sobre temas históricos e políticos eram caracterizados pela “oposição forte ao culto do herói e da personalidade” de seus protagonistas. A sua leitura era orientada pelo positivismo de Augusto Comte em que se “sobressai o apego à objetividade dos fatos e documentos”²⁴.

Já em suas obras literárias e etnográficas, Veríssimo propunha uma nova perspectiva de história “nacional”, partindo-se da “elaboração de um ima-

²² MORAES, Felipe Tavares de. *José Veríssimo (1857-1916), intelectual amazônico: Geração 1870 e a educação no Grão-Pará (1877-1891)*. 2018. 415 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, p. 197.

²³ BERTOL, Rachel. Anacronias da crítica literária em jornal: a transição da matriz romântica ao rodapé. *Intercom*, v. 43, n. 1, São Paulo, jan./abr. 2020, p. 55.

²⁴ BARBOSA, João Alexandre. José Veríssimo, leitor de estrangeiros. *Literatura e Sociedade*, v. 5, n. 5, São Paulo, 2000, p. 59, 63, 68, 71.

ginário social" que desse conta da recuperação de seus aspectos históricos, geográficos, sociais, culturais e econômicos²⁵.

A Amazônia é um espaço ecologicamente rico e diverso. A exploração de seus recursos articulou-se nos programas de ações estatais visando o seu desenvolvimento socioeconômico regional. Como bem destaca Marilene Silva, "o esforço de desvendá-la não termina; a natureza é constantemente reinventada pelas exigências do conhecimento e da operacionalização da produção de riqueza"²⁶.

José Veríssimo vislumbrou apreender essas potencialidades econômicas, no entanto, não deixou de destacar o "atraso" cultural e social que a mantinha vinculada ao seu passado colonial. Deste modo, a "floresta" era concebida como um "lugar de história", o lócus privilegiado para o desenrolar das tramas e das experiências cotidianas dos sujeitos - índios, mestiços, negros, tapuios, mulheres – que habitavam as cidades e as margens dos rios²⁷.

A interação homem-meio ambiente é basilar na sua representação. Os seus intercâmbios conformavam mudanças de comportamento e de valores morais nos agentes, assim como as questões étnicas e a mestiçagem entre "raças" que configuravam a expressão particular de sua "identidade nacional"²⁸. A "qualidade" e a propensão destes povos à "civilização" caracterizaram a apropriação do Naturalismo e das teses raciais importadas da Europa na construção de suas leituras sobre a Amazônia de fins do século XIX²⁹.

²⁵ CASTILHO, Mariana Moreno. Mestiçagem cultural em 'Cenas da Vida Amazônica' (1886). *Revista Maracanã*, v. 8, Rio de Janeiro, 2011, p. 171.

²⁶ SILVA, Marilene Corrêa da. *Metamorfoses da Amazônia*. 1997. 227 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997, p. 97-99.

²⁷ PAULINO, Itamar Rodrigues; DA SILVA, Elian Karine Serrão; DE MELO, Habia Santos. Amazônia como cenário da vida efervescente nas obras literárias de Inglez de Souza e José Veríssimo. *Via Litterae – Revista de Linguística e Teoria Literária*, v. 13, n. 1, Anápolis, jan./jun. 2021, p. 19.

²⁸ COSTA DA SILVA, Aline. José Veríssimo: seus anos de formação (1877-1891). 2021. 306 f. Tese (Doutorado em Letras). Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021, p. 16-17 e MORAES, Felipe Tavares de. "Não basta produzir borracha": José Veríssimo (1857-1916) e a "civilização" do sertão amazônico no Grão-Pará (1883-1886). *Almanack*, ea01221, n. 32, Guarulhos, 2022, p. 14.

²⁹ BEZERRA NETO, José Maia. José Veríssimo: pensamento social e etnografia da Amazônia (1877/1915). *Dados*, v. 42, n. 3, Rio de Janeiro, 1999, p. 547-548.

A sua ambientação acompanha as transformações substanciais que vinham ocorrendo na região a partir da segunda metade do século XIX: a introdução da navegação a vapor (1852), a abertura da navegação do rio Amazonas (1865)³⁰ e o debate sobre a modernização da agricultura³¹.

O franqueamento da navegação fluvial dinamizou a expansão do extrativismo da borracha nos seringais localizados nos afluentes do rio Amazonas entre 1850 e 1920³². A circulação de capital, de bens e de pessoas articularam a internacionalização de sua economia ao forjarem a composição de um mercado interno composto pela elite local. O consumo de produtos industriais e de bens culturais provenientes dos Estados Unidos e da Europa tornaram-se a maior expressão do desenvolvimento urbano de suas capitais regionais: as cidades de Belém e de Manaus³³. O seu impacto evidenciou o contraste entre a opulência material experimentada nos grandes centros urbanos e as condições de vida e de subsistência de sua população mais pobre: fome, carestia e miséria.

O debate sobre a modernização da agricultura na Amazônia já vinha sendo realizado desde a década de 1830, quando a borracha começou a compor parcelas de suas pautas de exportação. No entanto, foi na década de 1870 que as discussões ganharam fôlego. Neste contexto, vivenciaram-se crises de abastecimento de alimentos nos mercados provinciais amazônicos decorrentes do “boom” da goma elástica. Concomitantemente, a sua ascensão comercial foi associada à instabilidade e à retração do desenvolvimento local³⁴. Os colonos eram vistos como os principais responsáveis pela perma-

³⁰ GREGÓRIO, Vítor Marcos. *O barco civiliza: navegação a vapor e desenvolvimento na Amazônia do século XIX*. In: FALEIROS, Rogério Naques; NUNES, Ivanil (Orgs.). *Sistemas de transportes e formações econômicas regionais – Brasil & Argentina*. 1 ed. Vitória: Ed. UFES, 2016, v. 2, p. 60-61.

³¹ NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivo: Estado Imperial e Agricultura na Amazônia*. 2011. 422 f. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p. 81-82.

³² WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo: Hucitec/Ed. USP, 1993.

³³ SOUSA, Eveline Almeida de. *Os ideais de civilização na Amazônia imperial: um estudo sobre os projetos de civilização indígena no Pará (1845-1889)*. 2011. 198 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011, p. 63-65.

³⁴ NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivo: Estado Imperial e Agricultura na Amazônia*. 2011. 422 f. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências

nênciam do seu sistema devido à sua baixa mecanização e o emprego de técnicas tradicionais indígenas na sua produção, gerando o “fracasso da lavoura”³⁵.

A agricultura despontou no discurso oficial como a sua via de regeneração socioeconômica. A expansão, o cultivo e o tratamento do solo constituíam-se em alternativas viáveis para a obtenção de uma economia estável e sólida³⁶. A ciência estava a serviço do conhecimento das suas potencialidades naturais, da reforma dos costumes da população nativa, da conversão de suas riquezas em mercadorias e do reordenamento de suas relações de trabalho³⁷. A exploração de seu potencial dependia da realização de estudos sistêmicos que envolvessem o conhecimento de seu passado histórico e da realidade regional³⁸ e a supressão do *modus vivendi* ameríndio³⁹.

José Veríssimo se insere na conjuntura deste debate com a escrita da obra *A Amazônia - aspectos econômicos* (1892). Partindo da apresentação de um panorama histórico, político, econômico e ambiental das condições produtivas da Amazônia no final do século XIX. O seu projeto de revitalização regional estava fundamentado em três pressupostos: 1) a produção econômica; 2) a ocupação e o povoamento territorial; 3) a imigração estrangeira.

A produção econômica

Desde o período colonial, o extrativismo animal e florestal compôs a maior parte da economia amazônica. O seu regime de exportação foi potencializado com a coleta de látex nas seringueiras (*Hevea Brasiliensis*)

Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p. 100-101.

³⁵ LACERDA, Franciane Gama; VIEIRA, Elis Regina Corrêa. “O celeiro da Amazônia”: agricultura e natureza no Pará na virada do século XIX para o XX. *Topoi*, v. 16, n. 30, Rio de Janeiro, jan./jun. 2015, p. 158, 163-164.

³⁶ NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivo: Estado Imperial e Agricultura na Amazônia*. 2011. 422 f. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p. 101-103.

³⁷ MORAES, Felipe Tavares de. “Não basta produzir borracha”: José Veríssimo (1857-1916) e a “civilização” do sertão amazônico no Grão-Pará (1883-1886). *Almanack*, ea01221, n. 32, Guarulhos, 2022, p. 3-5.

³⁸ SANJAD, Nelson. *A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)*. Brasília, Instituto Brasileiro de Museus; Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

³⁹ MORAES, Felipe Tavares de. *José Veríssimo (1857-1916), intelectual amazônico: Geração 1870 e a educação no Grão-Pará (1877-1891)*. 2018. 415 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, p. 196, 220-221.

localizadas nas margens dos rios amazônicos em meados do século XIX. A sua produção alcançou o seu apogeu entre 1870 e 1912, estando voltada para o abastecimento das indústrias automobilísticas em formação na Europa e nos Estados Unidos. Na década de 1940, foi retomada para dar conta da indústria de guerra⁴⁰.

O emprego de mão de obra constituída pela população local – majoritariamente, povos indígenas - na sua produção tornou-se insuficiente para o atendimento das demandas do mercado internacional. O recurso a importação de força de trabalho tornou-se sistemático, especialmente, o de migrantes nordestinos em fuga das secas que assolaram o Nordeste entre as décadas de 1870 e 1910. Os seus deslocamentos converteram-se, de um lado, em uma “alternativa de sobrevivência”, na busca por oportunidades de trabalho e melhores condições de vida e, por outro lado, no crescente suprimento de ‘braços’ para a produção, tanto de borracha nos seringais quanto no cultivo de lavouras em núcleos coloniais na Amazônia⁴¹.

O trabalho nos seringais obedecia a regimes de produção distintos. De acordo com João Pacheco de Oliveira Filho⁴², havia dois tipos de seringais na Amazônia: “seringal caboclo” e “seringal brabo”. O primeiro era constituído por relações de produção que envolviam mestiços e indígenas residentes em suas adjacências. A produção era pequena e não envolvia o abandono do cultivo de lavouras. O segundo envolvia a exploração de mão de obra nordestina. A coleta de látex se dava em massa, visando o suprimento das demandas de mercado e com o abandono da lavoura.

A produção e a comercialização da borracha baseavam-se em um sistema hierárquico de endividamento, sendo composto por quatro atores:

⁴⁰ MEIRA, Márcio Augusto de Freitas. *A persistência do avíamento: colonialismo e história indígena no noroeste amazônico*. 2017. 323 f. Tese (Doutorado em Memória Social). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017, p. 96, 236 e SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

⁴¹ LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. 2006. 346 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 25-28, 127-129, 259-262.

⁴² OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. *O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX*. *Encontros com a Civilização Brasileira*, v. 11, Rio de Janeiro, 1979, p. 121-122, 126.

os correspondentes estrangeiros, os comerciantes/patrões, os intermediários e os indígenas não-aldeados.

Os correspondentes estrangeiros forneciam produtos (machados, espelhos, facas, anzóis, entre outros) à crédito aos comerciantes/patrões estabelecidos na Amazônia. Esses artigos eram destinados aos negócios com as populações indígenas locais para a obtenção dos gêneros florestais que compunham as suas pautas de exportação e revenda no mercado internacional: borracha, piaçaba, salsaparrilha, cacau, resinas, óleos.

Os comerciantes/patrões, eram, em sua maioria, estrangeiros residentes nas cidades de Belém ou de Manaus. Esses homens detinham o monopólio do financiamento, transporte e comercialização dos gêneros extrativistas exportados para o mercado internacional através de companhias e casas comerciais. Além disso, revendiam os artigos obtidos com os seus correspondentes aos “aviados” mediante a abertura de linhas de crédito, tornando-os assim, seus credores. O seu poder político e econômico era reforçado com a agregação de outros comerciantes em redes de compadrio e de negócios.

Os “aviados”, também conhecidos localmente como *mascates*, eram médios e pequenos comerciantes nordestinos pobres, indígenas e quilombolas. Eles seguiam em canoas pelos rios amazônicos e negociavam estes artigos com os seus intermediários. Os preços eram elevados para que os “aviados” conseguissem angariar uma margem de lucro – quase sempre insuficiente – para quitar os dividendos contraídos com o seu comerciante/patrão e o custeio das despesas com o aluguel ou compra da canoa.

Os intermediários eram indígenas com os quais os “aviados” estabeleceram relações comerciais baseadas no endividamento. Eles recebiam os artigos que poderiam ser redistribuídos entre outros nativos ou tratá-los com os seus “aviadores”. Em ambos os casos, o que se almejava era o acesso aos produtos florestais. A perpetuação de suas relações de dependência com os “aviados” era assegurada pela desproporção entre o ritmo de fornecimento de novos artigos e o aumento progressivo das somas que lhes eram devidas.

Por sua vez, os indígenas não-aldeados viviam nas proximidades dos seringais e estavam submetidos a um regime equivalente à escravidão. Eles

poderiam negociar diretamente com os “aviados” ou tratar com os seus intermediários. Neste processo, cabia-lhes fornecer mão de obra para os trabalhos nos seringais e realizar a coleta de gêneros florestais. As suas relações eram marcadas por alianças e conflitos. A entrada nas matas para o recolhimento das especiarias, só era realizado após a efetivação de seu pagamento antecipado. A violência foi um recurso constantemente empregado por comerciantes e particulares em expedições de apresamento de indígenas em suas aldeias⁴³.

Para José Veríssimo, esse sistema de produção inviabilizava o desenvolvimento de outras atividades econômicas mais rentáveis e menos extenuantes, como a agricultura e a pecuária de corte. Consequentemente, as suas condições de subsistência não poderiam ser outras, senão a pobreza, o endividamento progressivo e a carestia de gêneros⁴⁴.

A drenagem da força de trabalho pelos seringais consubstanciava a inconstância e o deslocamento de colonos em potencial. A sua sedentarização nas margens dos rios era fundamental para a consolidação da ocupação e do povoamento territorial. O desenvolvimento da agricultura dependia do tratamento sistemático do solo e o incremento de sua produção mediante o emprego de técnicas de produção modernas⁴⁵.

A ocupação e o povoamento territorial

Após o investimento na produção agrícola, a ocupação e o povoamento deveriam ser o centro das atenções das políticas estatais na Amazônia. A sua

⁴³ MEIRA, Márcio Augusto de Freitas. *A persistência do aviamento: colonialismo e história indígena no noroeste amazônico*. 2017. 323 f. Tese (Doutorado em Memória Social). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017, p. 94, 227-233, 238-239, 244-245.

⁴⁴ VERÍSSIMO, José. *A Amazônia - aspectos econômicos*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Brasil, 1892, p. 35-37, 59, 62-64.

⁴⁵ Entre estas, destacavam-se: o emprego de maquinário no cultivo da terra - arado (preparo da terra), semeadores (distribuição de sementes e estrume) e escarificador ou extirpador (auxílio na cavação de terrenos mais resistentes) -; a abertura de linhas de crédito para a aquisição de equipamentos e de linhas de transporte regulares para o escoamento da produção; a aclimatação de novas sementes; o uso de adubos e fertilizantes nas plantações; e o cultivo de espécies anteriormente voltadas para o extrativismo, com ênfase para as seringueiras (*Hevea brasiliensis*). Cf. NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivo: Estado Imperial e Agricultura na Amazônia*. 2011. 422 f. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p. 121-122, 122-124, 124-125, 131-132, 133-138.

efetivação seria assegurada com a introdução do imigrante europeu. As condições ambientais da região tornavam a tarefa quase inviável.

Desde Silvio Romero, as condições climáticas, ambientais, geográficas e naturais do Brasil eram vistas como condicionantes da formação da fisiologia do povo brasileiro – indolência, fraqueza física, doenças, infertilidade etc. Por ser um país predominantemente tropical, o Brasil seria profundamente marcado por suas intempéries locais no desenvolvimento de sua sociedade, política, economia e cultura⁴⁶.

Na Amazônia, essa percepção era potencializada pelo seu “mau” clima. A disseminação de doenças tropicais, as elevadas temperaturas e a alta umidade a convertiam num espaço quase inóspito. Segundo José Veríssimo, as doenças tropicais, como a malária, também conhecida localmente como *impaludismo*, eram bem disseminadas e recorrentes nos vilarejos estabelecidos nas margens dos rios amazônicos. Nestes núcleos, imperava a supremacia de traços culturais indígenas na disposição de suas habitações e em práticas ritualísticas e de cura⁴⁷.

Neste ponto de vista mesológico, José Veríssimo compartilhava da perspectiva de Silvio Romero, quanto a capacidade do meio ambiente selecionar e modificar as “raças”, sem cria-las. O vencimento de suas adversidades viaibilizaria a fixação e a formação do povo brasileiro e amazônico. As suas tradições, hábitos e interesses seriam expressões de um modo de vida particular, pautado pela constante adaptação local⁴⁸.

A introdução do imigrante europeu era uma alternativa substancial para a concretização da sedentarização de colonos e a supressão do *modus vivendi* indígena. Essas articulações estavam na sua pauta diária, não se devendo perder de vista, como já havia ressaltado Silvio Romero, de que o “nossa” espelho são os europeus, padrão de “civilização” ocidental. A sua filosofia, ciência, arte, lirismo são profundamente desenvolvidos e enraizados; já no

⁴⁶ ROMERO, Silvio. *História da Literatura brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1902, p. 42-47.

⁴⁷ VERÍSSIMO, José. *A Amazônia - aspectos econômicos*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Brasil, 1892, p. 69-70.

⁴⁸ ROMERO, Silvio. *História da Literatura brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1902, p. 50, 52.

Brasil, “temos apenas o palavreado da carolice, a mística ridícula do beatério enfermo e fanático (...)"⁴⁹.

A recepção de imigrantes foi amplamente debatida no repertório científico da Geração 1870. A abolição da escravidão africana (1888) gerou duas frentes de argumentação reformista: o suprimento de mão de obra (economia) e a hierarquização entre as “raças” (ciência)⁵⁰.

A sua projeção na Amazônia apresentou uma conotação particular e esteve voltada para o complemento de sua consolidação territorial e a “civilização” dos povos nativos. A sua inferioridade “racial”, a diversidade de costumes e a tendência ao “desaparecimento” constituíam-se entraves para a homogeneização da “nação” e da configuração de seu caráter. A mistificação era a solução viável para a sua afirmação. Para isto, o governo deveria assegurar o fluxo regular de entrada de imigrantes estrangeiros na região, elemento basilar para a consecução de sua “civilização” e de seu “progresso”.

A imigração estrangeira

O assentamento de colonos estrangeiros na Amazônia era uma medida fundamental, pois, permitiria contornar a falta de mão de obra ‘drenada’ pelo extrativismo nos seringais; “extirparia” os traços indígenas da população; e consolidaria a ocupação do território ao torná-lo economicamente estável e produtivo. Segundo Francisaldo Santos, acreditava-se que “o estrangeiro conhecia técnicas modernas de produção, além de ser considerado afeito ao trabalho e assim servir de exemplo para os trabalhadores locais”⁵¹.

A fundação de colônias agrícolas já era pauta nas políticas oficiais implementadas nas províncias do Amazonas e do Pará, desde meados do século XIX. Os seus governos investiram no estabelecimento de núcleos confi-

⁴⁹ ROMERO, Silvio. *História da Literatura brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1902, p. 49.

⁵⁰ BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a ideia de universidade*. 1 ed. São Paulo: Convívio/Edusp, 1959, p. 176-179 e ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil Império*. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 250-252.

⁵¹ SANTOS, Francisaldo Sousa dos. *Ações colonizadoras em descompasso: legislação, propaganda e atuação de colonos estrangeiros e nacionais nos últimos anos do Império e início da República no Pará*. 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016, p. 67-68.

nantes com as cidades de Manaus e de Belém e nas áreas do interior⁵². Nestes espaços, conviviam nordestinos, europeus, norte-americanos e a sociedade local. Com isto, o Estado vislumbrava dinamizar o cultivo do solo através da distribuição de sementes aos colonos, a diversificação da produção agrícola e o loteamento de terras⁵³.

Por sua vez, outros projetos de assentamentos agrícolas não atenderam às expectativas oficiais. O desacordo entre colonos e o Estado em matérias basilares fizeram frutificar o abandono de suas lavouras; o seu emprego no comércio e nas manufaturas urbanas; na falta de orientação para o plantio de sementes; e na sua inadaptação às rotinas de trabalho nas terras loteadas⁵⁴.

O plano de imigração estrangeira concebido por José Veríssimo aprimorava a consecução de um projeto em andamento na Amazônia: a colonização agrícola. Ele era composto por dez pontos articulados por critérios científicos⁵⁵, nos quais, pressupunha avaliar as melhores condições e estratégias a serem adotadas pelo Estado para assegurar a permanência dos imigrantes na região. Para tanto, era necessário elaborar um diagnóstico sobre

⁵² Entre eles: Santa Izabel, Maracajú, Mauá, Itacoatiara (província do Amazonas); Bom Gosto, Benevides, São José de Tentugal, Araripe, Nossa Senhora do Ó (província do Grão-Pará). Esses núcleos contaram com subsídios da iniciativa pública e privada, de legislações e de instituições oficiais que regulamentaram os seus estabelecimentos. Cf. NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivo: Estado Imperial e Agricultura na Amazônia*. 2011. 422 f. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p. 341-343.

⁵³ NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivo: Estado Imperial e Agricultura na Amazônia*. 2011. 422 f. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p. 341-350.

⁵⁴ OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 11, 1979, p. 127-128 e NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivo: Estado Imperial e Agricultura na Amazônia*. 2011. 422 f. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p. 350-354.

⁵⁵ 1) Avaliação da adaptabilidade dos povos estrangeiros às condições climáticas da Amazônia; 2) Eliminação das “raças do Norte” (indígenas “selvagens”); 3) Seletividade de fluxos migratórios e imigratórios; 4) Estabelecimento de uma linha regular de comunicação entre a Amazônia e a Europa; 5) Fornecimento de subsídio estatal para a compra de passagens nas companhias de navegação a vapor; 6) Estabelecimento de hospedarias para a recepção temporária de imigrantes, bem como de terras e de ferramentas para o cultivo de lavouras em propriedades particulares ou do Estado; 7) Cooperação entre os governos dos estados do Pará e do Amazonas; 8) Incentivo à produção agrícola; 9) Inclusão de crianças nas jornadas de trabalho a partir dos seis ou sete anos de idade; 10) Conversão da produtividade dos imigrantes na subsistência e rendimento de suas famílias. Cf. VERÍSSIMO, José. *A Amazônia - aspectos econômicos*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Brasil, 1892, p. 91-94.

quais povos estrangeiros tinham melhores condições de adaptar e vencer as adversas condições ambientais locais, de modo a reduzir o risco de seu retorno para os seus países de origem⁵⁶.

Apesar de José Veríssimo destacar a preferência a ser dada aos imigrantes europeus, ele não descartava a possibilidade de investir na migração de “nacionais” oriundos de estados do Nordeste, haja vista, muitos deles já estarem, supostamente, “habitados” ao cultivo de lavouras e já vivenciarem um fluxo migratório contínuo para a região desde a década de 1870⁵⁷.

A chegada, a recepção e a instalação dos imigrantes europeus seriam atribuições dos governadores do Pará e do Amazonas⁵⁸. Ao atuarem em regime de cooperação, deveriam assegurar-lhes a compra de suas passagens, o seu embarque em companhias de navegação a vapor com atuação no mercado interno e internacional, assim como o estabelecimento de uma linha regular de comunicação entre a Europa e a Amazônia, via rota Gênova-Marselhesa-Barcelona-Lisboa-Belém-Manaus⁵⁹.

Ao desembarcarem nos portos de Belém e de Manaus, os estrangeiros seriam instalados em hospedarias, de forma temporária. Neste período, o Estado forneceria ferramentas e uma parcela de terra a homens e mulheres em idade produtiva, ou seja, a partir dos seis ou sete anos de idade, para o cultivo de terras em propriedades particulares ou estatais. O início precoce das jornadas de trabalho concordia para a “civilização” da população amazônica ao impulsionar a agricultura e o seu distanciamento gradativo dos habitantes locais do extrativismo, pois, a agricultura já seria prática recorrente na “cultura” econômica e alimentar dos imigrantes europeus⁶⁰.

⁵⁶ VERÍSSIMO, José. *A Amazônia - aspectos econômicos*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Brasil, 1892, p. 91.

⁵⁷ VERÍSSIMO, José. *A Amazônia - aspectos econômicos*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Brasil, 1892, p. 91.

⁵⁸ VERÍSSIMO, José. *A Amazônia - aspectos econômicos*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Brasil, 1892, p. 92.

⁵⁹ VERÍSSIMO, José. *A Amazônia - aspectos econômicos*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Brasil, 1892, p. 92.

⁶⁰ VERÍSSIMO, José. *A Amazônia - aspectos econômicos*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Brasil, 1892, p. 92-93.

A sua permanência na Amazônia seria garantida, de um lado, pela sua adaptação às condições geográficas e climáticas regionais, e por outro lado, pela conversão dos frutos de seu trabalho na subsistência e nos proventos financeiros de suas famílias⁶¹.

Esperava-se ainda que, ao longo do seu contato e cruzamento com as “raças do Norte” – indígenas e, em menor medida, africanos⁶² –, a formação sociocultural dos seus descendentes suprissem, por completo, os traços indígenas e concorressem para a formação do mestiço, “fruto da mistura entre índios e brancos e outros cruzamentos posteriores”⁶³.

Assim como Sílvio Romero, José Veríssimo era partidário da mestiçagem racial como a síntese da “civilização” e da formação do povo amazônico. O branco se tornaria gradualmente preponderante sobre os indígenas e os africanos. A miscigenação racial deveria chegar a termo a longo prazo e conformar a existência de uma única “raça”, definida como “superior”. Essas trocas tornariam possível a homogeneização positiva da “identidade” nacional brasileira⁶⁴.

Apesar das sistemáticas perseguições e massacres sofridos pelos povos indígenas, eles não desapareceram e mantiveram-se presentes na conformação da sociedade, dos hábitos, da cultura e das práticas cotidianas regionais. Os imigrantes europeus e os nordestinos transitaram entre os espaços rural e urbano, de modo a priorizar as suas demandas pessoais e familiares. Na prática, o projeto de revitalização socioeconômica proposto por José Veríssimo reafirmou o discurso oficial em torno da cultura agrícola e da imigração estrangeira na Amazônia em fins do século XIX.

⁶¹ VERÍSSIMO, José. *A Amazônia - aspectos econômicos*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Brasil, 1892, p. 93-94.

⁶² VERÍSSIMO, José. *A Amazônia - aspectos econômicos*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Brasil, 1892, p. 91-92.

⁶³ SOUSA, Eveline Almeida de. *Os ideais de civilização na Amazônia imperial: um estudo sobre os projetos de civilização indígena no Pará (1845-1889)*. 2011. 198 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 201, p. 61.

⁶⁴ SOUZA, Ricardo Luiz de. Método, raça e identidade nacional em Sílvio Romero. *Revista de História Regional*, v. 9, n. 1, Ponta Grossa, 2004, p. 20-21 e CASTILHO, Mariana Moreno. Mestiçagem cultural em ‘Cenas da Vida Amazônica’ (1886). *Revista Maracanã*, v. 8, Rio de Janeiro, 2011, p. 180-181.

Conclusão

A Geração 1870 desempenhou papel fundamental na elaboração da crítica ao projeto de Estado e a ideia de “nação” sedimentadas pelos teóricos e as instituições oficiais do Império brasileiro (1822-1889). A composição de um repertório composto pela seleção de teorias científicas importadas da Europa fundamentou a inserção do Brasil no cenário internacional. A sua afirmação cultural e material foram simbolizadas pelas ideias de “civilização” e de “progresso”.

José Veríssimo instrumentalizou a adaptação dessas prerrogativas à realidade regional amazônica. A sua peculiaridade fluvial, histórico-geográfica e populacional cadenciou o seu alinhamento com o debate político e científico promovido pelos teóricos da Geração 1870.

A agricultura e a imigração estrangeira conformaram a base do seu projeto de revitalização social e econômica. A produção agrícola fomentava a sedentarização dos colonos nas áreas do interior do território, onde as suas potencialidades econômicas eram subaproveitadas pelo Estado. A sua ocupação e povoamento esbarravam no vencimento de suas intempéries ambientais e no incentivo à imigração estrangeira. Por sua vez, a presença do imigrante europeu garantiria a “assimilação” indígena através do cruzamento para compor o mestiço, o tipo “nacional” na Amazônia.

A cultura agrícola tornou-se o centro das atenções nos “discursos civilizatórios” propagados pela medicina e os trabalhos técnicos na Amazônia de fins do século XIX: o saneamento rural; a profilaxia do campo; a aclimatação de novas plantas; a diversificação da alimentação regional; e a introdução de novas ferramentas e técnicas de plantio⁶⁵.

Fonte

VERÍSSIMO, José. *A Amazônia - aspectos econômicos*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Brasil, 1892, 103 p.

⁶⁵ LACERDA, Franciane Gama; VIEIRA, Elis Regina Corrêa. “O celeiro da Amazônia”: agricultura e natureza no Pará na virada do século XIX para o XX. *Topoi*, v. 16, n. 30, Rio de Janeiro, jan./jun. 2015, p. 167-168, 171-172, 175, 177.

Referências

- ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil Império*. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BERTOL, Rachel. Anacronias da crítica literária em jornal: a transição da matriz romântica ao rodapé. *Intercom*, v. 43, n. 1, São Paulo, jan./abr. 2020, p. 53-70.
- BARBOSA, João Alexandre. José Veríssimo, leitor de estrangeiros. *Literatura e Sociedade*, v. 5, n. 5, São Paulo, 2000, p. 56-84.
- BEZERRA NETO, José Maia. José Veríssimo: pensamento social e etnografia da Amazônia (1877/1915). *Dados*, v. 42, n. 3, Rio de Janeiro, 1999, p. 539-564.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a ideia de universidade*. 1 ed. São Paulo: Convívio/Edusp, 1959.
- COSTA DA SILVA, Aline. José Veríssimo: seus anos de formação (1877-1891). 2021. 306 f. Tese (Doutorado em Letras). Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.
- CASTILHO, Mariana Moreno. Mestiçagem cultural em ‘Cenas da Vida Amazônica’ (1886). *Revista Maracanan*, v. 8, Rio de Janeiro, 2011, p. 171-189.
- GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi; KLAUS, Viviane; PEREIRA, Ana Paula Marques. Pesquisa documental histórica e pesquisa bibliográfica: focos de estudo e percursos metodológicos. *Pro-Posições*, v. 33, Campinas, 2022, p. 1-21.
- GREGÓRIO, Vítor Marcos. O barco civiliza: navegação a vapor e desenvolvimento na Amazônia do século XIX. In: FALEIROS, Rogério Naques; NUNES, Ivanil (Orgs.). *Sistemas de transportes e formações econômicas regionais – Brasil & Argentina*. 1 ed. Vitória: Ed. UFES, 2016, v. 2, p. 58-83.
- LACERDA, Franciane Gama; VIEIRA, Elis Regina Corrêa. “O celeiro da Amazônia”: agricultura e natureza no Pará na virada do século XIX para o XX. *Topoi*, v. 16, n. 30, Rio de Janeiro, jan./jun. 2015, p. 157-181.
- LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. 2006. 346 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- MORAES, Felipe Tavares de. “Não basta produzir borracha”: José Veríssimo (1857-1916) e a “civilização” do sertão amazônico no Grão-Pará (1883-1886). *Almanack*, ea01221, n. 32, Guarulhos, 2022, p. 1-34.
- MORAES, Felipe Tavares de. *José Veríssimo (1857-1916), intelectual amazônico: Geração 1870 e a educação no Grão-Pará (1877-1891)*. 2018. 415 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MEIRA, Márcio Augusto de Freitas. *A persistência do aviamento: colonialismo e história indígena no noroeste amazônico*. 2017. 323 f. Tese (Doutorado em Memória Social). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivo: Estado Imperial e Agricultura na Amazônia*. 2011. 422 f. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 11, 1979, p. 101-147.

PAULINO, Itamar Rodrigues; DA SILVA, Elian Karine Serrão; DE MELO, Habia Santos. Amazônia como cenário da vida efervescente nas obras literárias de Ingлез de Souza e José Veríssimo. *Via Litterae – Revista de Linguística e Teoria Literária*, v. 13, n. 1, Anápolis, jan./jun. 2021, p. 9-26.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, 287 p.

ROUANET, Maria Helena. Nacionalismo. In: JOBIM, José Luís (Org.). *Introdução ao Romantismo*. 1 ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999, 144 p.

ROMERO, Silvio. *História da Literatura brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1902, 646 p.

SANTOS, Alan Christian de Souza. *O senador militar: poder, sociabilidade e escrita de si na trajetória parlamentar de Lauro Sodré (1897-1930)*. 2020. 536 f. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

SOUVERAIN, Mackendy. *Arthur de Gobineau aux tropiques: la réception et l'interprétation des pensées raciales au Brésil et en Haïti (1880-1930)*. 2019. 174 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SANTOS, Francisaldo Sousa dos. *Ações colonizadoras em descompasso: legislação, propaganda e atuação de colonos estrangeiros e nacionais nos últimos anos do Império e início da República no Pará*. 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SOUZA, Eveline Almeida de. *Os ideais de civilização na Amazônia imperial: um estudo sobre os projetos de civilização indígena no Pará (1845-1889)*. 2011. 198 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

SANJAD, Nelson. *A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)*. Brasília, Instituto Brasileiro de Museus; Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2010, 496 p.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Método, raça e identidade nacional em Sílvio Romero. *Revista de História Regional*, v. 9, n. 1, Ponta Grossa, 2004, p. 9-30.

SILVA, Marilene Corrêa da. *Metamorfoses da Amazônia*. 1997. 227 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 404 p.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo: Hucitec/Ed. USP, 1993, 372 p.